

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>1 AS RELAÇÕES REGULAMENTADAS PELO DIP E OS MECANISMOS INTERNACIONAIS DE GARANTIA DO CUMPRIMENTO.....</b>	<b>23</b>
1.1 O Direito Internacional Público Clássico .....	24
1.2 Novas Demandas por Regulamentações Internacionais .....	27
1.3 Tipos de Relações Regulamentadas pelo DIP .....	32
1.3.1 Relações de natureza horizontal.....	35
1.3.2 Relações verticais .....	37
1.3.3 Relações transnacionais .....	39
1.4 Os Mecanismos Internacionais de Garantia de Cumprimento do DIP ....	41
1.4.1 Mecanismos internacionais.....	43
1.4.1.1 Mecanismos políticos.....	43
1.4.1.2 Mecanismos institucionais .....	44
1.4.1.3 Mecanismos jurisdicionais.....	46
1.5 Instituições Domésticas como Mecanismos de Garantia de Cumprimento de Normas Internacionais .....	48
<b>2 AS CORTES DOMÉSTICAS COMO VARIÁVEIS DO CUMPRIMENTO DO DIP.....</b>	<b>53</b>
2.1 O Judiciário Nacional como Instituição Capaz de Garantir o Cumprimento do DIP .....	54
2.1.1 As cortes domésticas como mecanismo jurisdicional para a garantia do cumprimento de normas internacionais que regulamentam relações horizontais.....	59
2.1.2 As cortes domésticas como mecanismo jurisdicional para a garantia do cumprimento de normas internacionais que regulamentam relações verticais.....	64

2.1.3	As cortes domésticas como mecanismo jurisdicional para a garantia do cumprimento de normas internacionais que regulamentam relações transnacionais .....	68
2.2	Teorias Explicativas do Comportamento do Judiciário Nacional .....	81
<b>3</b>	<b>DETERMINANTES INTERNAS SOBRE A CAPACIDADE DE AS CORTES DOMÉSTICAS GARANTIREM O CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>85</b>
3.1	O Judiciário Nacional como Poder Estatal Relevante para as Relações Internacionais .....	86
3.2	Interesses das Cortes Domésticas .....	90
3.2.1	Independência das cortes domésticas .....	91
3.2.1.1	Indicadores formais da independência das cortes domésticas.....	91
3.2.1.1.1	Seleção.....	91
3.2.1.1.2	Mandato.....	92
3.2.1.1.3	Carreira.....	92
3.2.1.2	Indicadores materiais da independência das cortes domésticas.....	93
3.2.1.2.1	Força vinculativa dos precedentes jurisprudenciais nacionais .....	93
3.2.1.2.2	Força vinculativa dos precedentes jurisprudenciais alienígenas .....	95
3.3	Funções Exercidas pelas Cortes Domésticas .....	100
3.4	Momentos do Processo de Produção e Aplicação do DIP .....	102
3.5	Variáveis Institucionais Internas da Capacidade de Atuação das Cortes Domésticas como Mecanismos de Garantia do Cumprimento do DIP .....	108
3.5.1	Variáveis da capacidade de atuação das cortes domésticas como mecanismos de garantia do cumprimento do DIP no momento da aplicação da norma internacional internamente.....	108
3.5.1.1	Competência das cortes domésticas para apreciarem questões envolvendo normas internacionais .....	108
3.5.1.2	Instrumentos disponíveis às cortes domésticas para impedir ou garantir o cumprimento do DIP .....	109
3.5.1.2.1	Instrumentos formais .....	109
3.5.1.2.2	Instrumentos materiais.....	114
3.5.1.3	Efeitos da decisão.....	117
3.5.1.3.1	Efeitos formais.....	117
3.5.1.3.2	Efeitos materiais.....	118

3.5.2 Variáveis da capacidade de atuação das cortes domésticas como mecanismos de garantia do cumprimento do DIP no processo interno de elaboração da norma internacional.....	119
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>137</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relações Regulamentadas pelo DIP.....	34
Tabela 2 – Relações regulamentadas pelo DIP e os mecanismos jurisdicionais de garantia do cumprimento das normas internacionais.....	78
Tabela 3 – Indicadores de Independência das Cortes Domésticas.....	99
Tabela 4 – Processo de Produção e Aplicação do DIP.....	107
Tabela 5 – Variáveis da capacidade de atuação das cortes domésticas como mecanismos de garantia do cumprimento do DIP.....	120